

Escola Normal não sabe o que fazer com projetores

ALEXANDRE RIBONDI
Da Editoria de Cultura

Em um país, como o Brasil, onde os bens públicos estão sempre à deriva e entregues às moscas, não chega a ser surpresa para nenhum cidadão quando justamente expressões como "à deriva" e "às moscas" saiam do frio domínio da retórica e sirvam para representar fatos reais. E, por exemplo, o que acontece na Escola Normal de Brasília, da Fundação Educacional do Distrito Federal onde há, no momento, dois projetores 35 mm, da Empresa Paulista Triumpho, instalados em 1969, ano da criação da escola e que foram usados precaríssimas três vezes em todos estes últimos 18 anos. Atualmente, os dois projetores, que custam em conjunto cerca de 1,5 milhão de cruzados, estão cobertos por uma densa camada de pó, teias de aranha e prosaicos pelotinhos de títica de morcego.

Há pelo menos um motivo para o desuso: a cabine de projeção do auditório da Escola Normal de Brasília foi mal construída e os filmes, em lugar de serem apresentados na tela, resvalam para o chão e não há como acompanhar as imagens que saem das possantes máquinas Triumpho. O senhor Ireneu,

encarregado administrativo da escola nos últimos 13 anos, confessa nunca ter visto os projetores em funcionamento, mas lembra: "Quando aquele Murinho era o secretário, ele tentou tirar as máquinas daqui, mas desistiu". De fato, Wladimir Murinho foi secretário da Educação do Distrito Federal no final dos anos 70 e não é difícil compreender por que desistiu do projeto. As dificuldades burocráticas são tantas, que o caminho até o possível fim da longa fila de salas e documentos a ser assinados chega a ser estafante.

A diretora da Escola Normal de Brasília, professora Maria da Penha, por exemplo, nem sabia da existência dos dois projetores e avisou, de saída, que todos os bens patrimoniais em desuso em sua administração já haviam sido devolvidos à Fundação, o que podia ser facilmente desmentido. "E o pessoal da Fundação Educacional quem tem que resolver isto", contou o senhor Ireneu. Na própria Fundação, a direção de Patrimônio (que desconhecia absolutamente o caso) informou que o assunto era da competência do Núcleo de Teleeducação que, por sua vez, esquivou-se. A professora Mariuce da administração do Nutel, explicou, com cuida-

do, que "somos apenas responsáveis pelo patrimônio que está aqui. Não sabemos o que existe nas escolas". E devolveu a batata quente para a direção de Patrimônio, onde o funcionário Luis Antônio perguntou, um pouco perplexo: "Estes dois projetores estão tombados? Está tudo direitinho?" Para eles, é uma tarefa árdua controlar tudo porque têm cerca de 400 escolas no Distrito Federal e falta-lhes tempo para saber de tudo o que existe. De qualquer jeito, feitas as contas, desde 1969 (ano da instalação dos projetores), a Fundação Educacional teve 170 dias para cada escola e, neste período de tempo, poderia descobrir os materiais em desuso.

Mesmo que seja feito um inventário apurado de todos os bens uma vez por ano, como explicou o professor Carlos Felipe, chefe da Direção de Patrimônio, "a responsabilidade é da diretoria da escola". Isto porque há, nas Normas de Administração Patrimonial, a resolução 4.11.12 que diz: "Será responsabilizado o dirigente de órgão ou unidade orgânica que mantiver sob sua guarda e responsabilidade bens ociosos, anti-econômicos, obsoletos e em excesso". Mas o próprio professor Carlos Felipe sabe que é "uma institucionalização aqui não

querer se desfazer de um bem ocioso. É uma prática normal".

No entanto, a negligência administrativa é passível de punição e, mesmo que o chefe da Direção de Patrimônio corra em auxílio das diretoras das escolas, explicando que "falta pessoal e há sobrecarga de atividades. A magnitude da coisa impede que um diretor faça também o acompanhamento administrativo". Além disto, a direção das escolas é cargo de confiança e, aí, não se pune ninguém. "Punir é antididático", advertiu o professor Carlos Felipe. Mas educar sim, é didático. Principalmente educar no sentido de lembrar que o patrimônio da Fundação Educacional é público e deve passar por uma administração zelosa.

Mas parece que o caso dos dois projetores Triumpho é apenas a ponta de um iceberg. São 30 mil funcionários na rede oficial de ensino do GDF e o professor Carlos Felipe sabe que "há muito material sofisticado nas escolas em total desuso porque ninguém sabe a importância deles e nem sequer sabe como usá-los". Diante desta evidência, fica claro que mais grave que a falta de verba, é a ausência de uma política administrativa.